

1 **ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARACRUZ/ES.**

2 Aos vinte e seis (26) dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e seis (2026), às 16h05min, nas
3 dependências da Secretaria Municipal de Saúde de Aracruz, situada neste município, realizou-se a 4ª
4 Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Aracruz/ES, conforme convocação prévia
5 encaminhada aos conselheiros, nos termos regimentais. Registrou-se que o Presidente do Conselho
6 Municipal de Saúde, Senhor Fábio Barcelos Pimentel, justificou sua ausência. Em comum acordo
7 entre todos os conselheiros presentes, a condução dos trabalhos foi assumida pelo Conselheiro
8 Vicente Penteado Vizioli, que presidiu a sessão. Registraram-se as presenças dos conselheiros
9 titulares e suplentes, conforme lista de presença. Após a verificação do quórum regimental,
10 constatando-se número suficiente de membros para deliberação, o Presidente declarou aberta a
11 reunião, cumprimentando os presentes, agradecendo a participação de todos e destacando a
12 importância do fortalecimento do controle social nas ações e políticas públicas de saúde do
13 município. Na sequência, procedeu-se à leitura da pauta constante da Convocação nº 06/2026,
14 composta pelos seguintes pontos: Apreciação da Ata da Reunião Ordinária do dia 28 de abril de 2026
15 e Extraordinária do dia 12 de maio de 2026; Apreciação da Resolução 05/2026 - Ad referendum para
16 o 4º Termo Aditivo ao Convênio nº 029/2024 da FUNDAÇÃO HOSPITAL MATERNIDADE SÃO
17 CAMILO; Apreciação do Regimento Interno da Etapa Municipal da 18ª Conferência Nacional de
18 Saúde em Aracruz/ES; Tratativas referente a Etapa Municipal da 18ª Conferência Nacional de Saúde
19 em Aracruz/ES. Passou-se ao primeiro ponto de pauta. O Presidente submeteu à apreciação do
20 plenário a Apreciação da Ata da Reunião Ordinária do dia 28 de abril de 2026 e Extraordinária do dia
21 12 de maio de 2026, a qual havia sido previamente encaminhada aos membros do colegiado para
22 análise. Foi facultada a palavra aos conselheiros para eventuais retificações, acréscimos ou
23 manifestações. Não havendo questionamentos ou propostas de alteração, as Atas foram colocadas
24 em votação, sendo aprovadas por unanimidade pelos conselheiros presentes. Em continuidade, deu-
25 se início ao segundo ponto de pauta, referente à Apreciação da Resolução 05/2026 - Ad referendum
26 para o 4º Termo Aditivo ao Convênio nº 029/2024 do FUNDAÇÃO HOSPITAL MATERNIDADE SÃO
27 CAMILO, A Conselheira Isis esclareceu que a solicitação de aprovação ad referendum foi
28 encaminhada ao Presidente do Conselho em razão da necessidade de formalização do instrumento,
29 uma vez que a Procuradoria Municipal condicionou sua tramitação à manifestação prévia do
30 Conselho Municipal de Saúde aprovando o referido termo aditivo. Na sequência, foi apresentada a
31 proposta de aprovação do 4º Termo Aditivo ao Convênio nº 029/2024, que contempla a inclusão de
32 recursos financeiros destinados ao custeio de leitos de observação e à manutenção de ações e
33 serviços do Componente Hospitalar no âmbito da Média e Alta Complexidade (MAC). A Conselheira
34 informou que o montante de R\$ 2.482.000,00 (dois milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil reais)
35 será incorporado ao instrumento contratual, em conformidade com a Portaria GM/MS nº 2.586, de 21
36 de dezembro de 2023. Esclareceu ainda que o presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração do
37 valor do Convênio nº 029/2024, referente ao seu segundo ano de vigência, mediante a inclusão dos
38 referidos recursos financeiros destinados ao custeio de ações e serviços inerentes ao Componente

39 Hospitalar, no âmbito da Média e Alta Complexidade (MAC). Em decorrência da alteração proposta, o
40 valor total do segundo ano de vigência do Convênio nº 029/2024, anteriormente fixado em R\$
41 62.049.585,60 (sessenta e dois milhões, quarenta e nove mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e
42 sessenta centavos), passa a ser de R\$ 64.531.585,60 (sessenta e quatro milhões, quinhentos e trinta
43 e um mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e sessenta centavos). Foi informado, ainda, que o
44 acréscimo financeiro decorrente da presente alteração, no valor total de R\$ 2.482.000,00 (dois
45 milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil reais), será repassado em duas parcelas de igual valor,
46 sendo: R\$ 1.241.000,00 (um milhão, duzentos e quarenta e um mil reais) referente ao mês de maio
47 de 2026 e R\$ 1.241.000,00 (um milhão, duzentos e quarenta e um mil reais) referente ao mês de
48 junho de 2026. Após os esclarecimentos prestados e não havendo manifestações contrárias, a
49 matéria foi submetida à apreciação do Plenário, sendo aprovada por unanimidade dos conselheiros
50 presentes. A Conselheira Isis solicitou a inclusão da Programação Anual de Saúde (PAS) 2026 na
51 pauta da reunião, com o objetivo de possibilitar a discussão das emendas parlamentares vinculadas
52 às ações constantes no referido instrumento de planejamento. O Presidente submeteu a solicitação à
53 apreciação do Plenário, que, após manifestação dos presentes, aprovou por unanimidade a inclusão
54 do tema na pauta da reunião. Na sequência, passou-se ao terceiro ponto de pauta, referente à
55 Apreciação do Regimento Interno da Etapa Municipal da 18ª Conferência Nacional de Saúde em
56 Aracruz/ES. Inicialmente, a Conselheira Mariana realizou a leitura do Regimento Interno para
57 conhecimento e apreciação dos conselheiros. Durante a discussão, foram apresentados os detalhes
58 da 13ª Conferência Municipal de Saúde de Aracruz, a ser realizada no dia 17 de junho de 2026, no
59 Auditório do Complexo de Saúde de Aracruz (CSA). Foi informado que a Conferência terá como tema
60 central “Democracia, Saúde, Soberania e SUS: Cuidar do Povo é Cuidar do Brasil” e contará com
61 quatro grupos de trabalho destinados à discussão dos eixos temáticos definidos para a etapa
62 municipal. Foram apresentados os detalhes do processo eleitoral para a 11ª Conferência Estadual de
63 Saúde. Foi informado que serão eleitos oito delegados titulares e oito suplentes, observando-se a
64 composição prevista entre os segmentos de usuários, trabalhadores da saúde e gestores/prestadores
65 de serviços. Também foram esclarecidos os critérios de elegibilidade dos candidatos, abrangendo
66 representantes de instituições, prestadoras de serviços, profissionais de saúde, usuários do SUS,
67 além de entidades comunitárias e organizações da sociedade civil. A discussão abordou ainda o
68 processo de elaboração e priorização das propostas, que serão organizadas conforme os eixos
69 temáticos e analisadas pelos grupos de trabalho. Em seguida, passou-se à análise das disposições
70 relativas aos delegados da Conferência Municipal. Foi esclarecido que os delegados deverão
71 representar formalmente instituições ou entidades, não sendo admitida a participação nessa condição
72 como pessoa física. Para efetivação da inscrição, será obrigatória a apresentação de documento
73 comprobatório da representação institucional, mediante declaração de anuência emitida pela
74 respectiva entidade. Após os debates, a Comissão Organizadora deliberou pela realização de ajustes
75 no Regimento Interno, visando conferir maior clareza aos procedimentos de inscrição e aos critérios
76 de elegibilidade dos delegados. Entre as alterações propostas, destacam-se a inclusão de dispositivo
77 específico prevendo a obrigatoriedade de apresentação de documento comprobatório da

78 representação institucional para inscrição dos delegados; a reorganização do capítulo referente aos
79 participantes, de forma a diferenciar claramente as categorias de delegados, participantes e
80 convidados, bem como seus respectivos requisitos de inscrição; a realização de consulta aos
81 membros por meio do grupo oficial de comunicação para validação da exigência documental; e o
82 encaminhamento da versão revisada do Regimento aos conselheiros antes da realização da
83 Conferência, com o objetivo de sanar eventuais dúvidas e assegurar ampla divulgação das regras de
84 participação. Após os esclarecimentos e discussões pertinentes, o Regimento Interno da Etapa
85 Municipal da 18ª Conferência Nacional de Saúde em Aracruz/ES foi submetido à apreciação do
86 Plenário, sendo aprovado por unanimidade dos conselheiros presentes. Dando prosseguimento aos
87 trabalhos, passou-se ao quarto ponto de pauta, referente às tratativas para organização da Etapa
88 Municipal da 18ª Conferência Nacional de Saúde em Aracruz, com foco no planejamento da 13ª
89 Conferência Municipal de Saúde. Durante as discussões, foram debatidos aspectos relacionados à
90 organização do evento, à mobilização social e às estratégias para ampliação da participação popular,
91 considerando a Conferência de Saúde como um importante espaço democrático para o debate de
92 políticas públicas, formulação de propostas e fortalecimento do controle social no âmbito do Sistema
93 Único de Saúde (SUS). Ficou definido que o Conselho Municipal de Saúde realizará a divulgação do
94 link de inscrição destinado aos delegados e participantes, acompanhado das orientações necessárias
95 acerca do processo de inscrição e da documentação exigida, observando o prazo estabelecido até o
96 dia 16 de junho de 2026. Informou que o Conselho Municipal de Saúde é responsável pelo
97 encaminhamento do Relatório Final da Etapa Municipal à Comissão Organizadora Estadual até o dia
98 22 de junho de 2026, contendo as diretrizes e propostas aprovadas, bem como a relação dos
99 delegados eleitos. A Secretaria Municipal de Saúde, em conjunto com a Comissão Organizadora,
100 ficará responsável pela organização e coordenação da logística da Conferência, incluindo as
101 atividades de credenciamento, condução dos grupos de trabalho e realização da eleição dos
102 delegados, em conformidade com o Regimento Interno aprovado. Por fim, os conselheiros presentes
103 assumiram o compromisso de mobilizar a comunidade e divulgar amplamente o evento, ficando
104 acordado que cada conselheiro realizará convites para participação na 13ª Conferência Municipal de
105 Saúde, visando fortalecer a representatividade e ampliar a participação popular no processo
106 conferencial. Conselheira Cintia esclarece que o processo eleitoral para escolha dos novos
107 representantes deste Conselho não será realizado conjuntamente com a Conferência Municipal de
108 Saúde, em razão dos prazos exíguos para organização. Dando prosseguimento aos trabalhos,
109 passou-se ao quinto ponto da pauta, incluído durante a reunião, referente à Programação Anual de
110 Saúde (PAS) 2026 e às emendas parlamentares vinculadas às ações e metas da Secretaria
111 Municipal de Saúde. Conselheira Mariana apresentou os instrumentos de planejamento e gestão do
112 Sistema Municipal de Saúde, com destaque para a Programação Anual de Saúde (PAS) 2026,
113 esclarecendo que as ações, metas e indicadores previstos nesses instrumentos são registrados e
114 monitorados periodicamente pelos setores responsáveis, por meio dos sistemas oficiais de gestão e
115 acompanhamento. Durante a apresentação, foi ressaltado que as emendas parlamentares devem
116 estar alinhadas às diretrizes, objetivos, metas e ações previamente estabelecidos nos instrumentos

117 de planejamento da saúde municipal, não sendo permitida a inclusão de ações desvinculadas da
118 Programação Anual de Saúde. A Conselheira esclareceu ainda que as áreas técnicas da Secretaria
119 Municipal de Saúde participaram da elaboração das ações constantes na PAS e serão responsáveis
120 pelo monitoramento quadrimestral de sua execução. Na sequência, a Conselheira Isis apresentou
121 esclarecimentos acerca das regras aplicáveis às emendas parlamentares, destacando que os
122 recursos somente poderão ser cadastrados quando vinculados às metas e ações previstas no
123 planejamento municipal. Ressaltou, ainda, a necessidade de elaboração de plano de trabalho
124 compatível com os objetivos e indicadores estabelecidos na Programação Anual de Saúde. Foi
125 informado ao Plenário sobre a implantação dos kits de Tele saúde em sete unidades de saúde do
126 município, ampliando a oferta de atendimentos por meio de tecnologia digital. Esclareceu que o
127 serviço já se encontra em funcionamento para consultas especializadas e que sua expansão permitirá
128 o fortalecimento do atendimento na Atenção Primária à Saúde, ampliando o acesso da população aos
129 serviços assistenciais. Também foram apresentadas as emendas parlamentares já inseridas na
130 Programação Anual de Saúde, dentre elas a Emenda Parlamentar nº 63000640814202500/2025,
131 destinada ao custeio da Média e Alta Complexidade, no valor de R\$ 150.000,00, bem como outras
132 propostas voltadas ao fortalecimento da assistência especializada, da infraestrutura dos serviços de
133 saúde e da ampliação do acesso da população às ações e serviços previstos na PAS 2026. Foi
134 enfatizado que todos os recursos captados deverão observar as metas, indicadores e ações
135 previamente aprovados pelo Conselho Municipal de Saúde e constantes nos instrumentos de
136 planejamento da gestão municipal. Após os esclarecimentos prestados e as discussões realizadas
137 acerca da Programação Anual de Saúde (PAS) 2026 e das emendas parlamentares vinculadas às
138 ações e metas da Secretaria Municipal de Saúde, a matéria foi submetida à apreciação do Plenário.
139 Não havendo manifestações contrárias, a Programação Anual de Saúde (PAS) 2026, foi aprovada
140 por unanimidade pelos conselheiros presentes. Durante a apreciação da Programação Anual de
141 Saúde (PAS) 2026, Conselheira Isis explicou a necessidade de retificação do Plano Municipal de
142 Saúde de Aracruz/ES referente ao quadriênio 2026-2029, em especial quanto à adequação das
143 Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores (DOMI) relacionados à Diretriz 6 – Monitoramento do Plano
144 Municipal do Programa Especial de Saúde do Rio Doce. Foi esclarecido que a referida adequação
145 decorre de pendência identificada durante o processo de cadastramento das ações e do alinhamento
146 necessário entre os instrumentos de planejamento da gestão municipal. Dessa forma, foi proposta a
147 alteração da redação da Diretriz 6, que passa a vigorar com o seguinte texto: “Fortalecer a rede
148 municipal de saúde por meio da implementação das ações do Programa Especial de Saúde do Rio
149 Doce, pactuadas entre a Secretaria Municipal de Saúde e o Ministério da Saúde em decorrência do
150 Desastre do Rio Doce, visando à reorganização da rede assistencial, à qualificação da gestão e à
151 ampliação da capacidade de resposta dos serviços de saúde.” Também foi proposta a inclusão do
152 Objetivo 6.1 no Plano Municipal de Saúde do Município de Aracruz, com a seguinte redação:
153 “Implementar e monitorar as ações pactuadas no âmbito do Programa Especial de Saúde do Rio
154 Doce, promovendo o fortalecimento da atenção à saúde, da vigilância em saúde, da infraestrutura, da
155 gestão, da inteligência e ciência de dados, da saúde digital e da educação permanente, com

156 transparência, acesso à informação e fortalecimento do controle social.” Foi informado que
157 permanecem inalteradas as demais disposições constantes no Plano Municipal de Saúde do
158 Município de Aracruz referente ao quadriênio 2026-2029. Após os esclarecimentos e discussões
159 pertinentes, a proposta de retificação do Plano Municipal de Saúde foi submetida à apreciação do
160 Plenário do Conselho Municipal de Saúde, sendo aprovada por unanimidade dos conselheiros
161 presentes, com a determinação de que a alteração seja formalizada por meio de resolução
162 específica. Nada mais havendo a tratar, o Presidente Fábio Barcelos Pimentel agradeceu novamente
163 a presença de todos e declarou encerrada a reunião às 17h45min. Eu, Marcia Lombardi Ribeiro,
164 Secretária Executiva deste Conselho, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada
165 por mim, pelo Presidente e pelos demais conselheiros presentes.

166 Vicente Penteado Vizioli (CRMV-ES) _____

167 Marcia Lombardi Ribeiro (Secretária Executiva) _____

168 Isis Cruz Meira Quinonez (Gestor) _____

169 Mariana Togneri Martins (Gestor) _____

170 Valci Ribeiro Teodoro (Gestor) _____

171 Silvana Martins Guilherme Araújo (1ª Igreja Assembleia de Deus) _____

172 Filipe Martinelli Pimentel (PIBARA) _____

173 Leandra Augusta Tonon (FHMSC) _____

174 Cintia de Jesus (SINDSAUDE) _____

175 Márcia Fabiana Gonçalves (SINDSAUDE) _____

176 Deivid Simoni Busato (SISMA) _____

177 Vitor Boamorte Silva (SISMA) _____

178 José Gonzaga Devens (Sindicato Rural de Aracruz) _____

179 Márcia Silva Bobbio (Sind. dos Trabalhadores Rurais de Aracruz) _____

180 Amariles Batista de Aguiar (ADEA) _____